

# **POR UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR DA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NACIONAL**

Thereza Maria Zavarese Soares

(Mestre em Letras, UERJ e Doutoranda em Letras Neolatinas, UFRJ)

[tmzs@ig.com.br](mailto:tmzs@ig.com.br)

**RESUMO:** Este artigo propõe uma análise transdisciplinar do *conceito de nação* a partir de estudos desenvolvidos por diversas disciplinas das Ciências Humanas (História, Antropologia Social, Sociologia, Ciências Políticas e Estudos Culturais). Concluiremos que tal conceito deve ser entendido como resultado do processo de construção de *imagens discursivas*, em conformidade com os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de base enunciativa, dos quais destacamos a noção de *cenografia* como ferramenta analítica da construção do espaço da nação (*topografia*), do tempo da nação (*cronografia*) e do corpo social (*coenunciadores*).

**Palavras-chave:** nação; identidade; imagem discursiva.

## **Introdução: a transdisciplinaridade do conceito de nação**

Este artigo dissertará sobre o caráter transdisciplinar do conceito de *nação* a partir dos trabalhos de alguns estudiosos contemporâneos que se propõem a pensar a nação para além do âmbito das suas disciplinas, uma vez que a abrangência do próprio conceito acaba por

exigir uma interação dos saberes.

Primeiramente, é preciso esclarecer o que se entende por *transdisciplinaridade*. Aqui defendemos este conceito como um imperativo conseqüente das mudanças no modelo civilizatório, desencadeadas pelo processo de *globalização* (o que evidencia uma primeira imbricação de conceitos). Assim, tais mudanças exigem uma reformulação do paradigma científico, a fim de valorizar a dimensão histórica dos fenômenos e a noção de *complexidade*, que advém das incertezas geradas pela integração e/ou interação das sociedades em nível planetário, promovidas pelo trânsito frenético de capitais, pessoas e, sobretudo, de informações, os quais produzem sentidos que nos envolvem, nos atravessam e nos (re)constroem.

E ainda em defesa dessa postura epistemológica, pode-se dizer que a transdisciplinaridade é o elogio da alteridade constitutiva das identidades científicas, que faz da ciência um fazer heterogêneo, como a própria linguagem que produz esse fazer (FIORIN, 2008). Portanto, “o desenvolvimento da ciência, impulsionado por essa epistemé do que foi chamado a pós-modernidade, leva os pesquisadores a começar a pensar problemas que estão situados na fronteira das disciplinas e que, durante muito tempo, foram deixados de lado” (p. 36), mas que sempre estiveram lá.

Segundo Fiorin (2008, p.37-38), a transdisciplinaridade é a última etapa de um processo que se inicia pela análise multidisciplinar (ou seja, de várias disciplinas isoladas) de um mesmo objeto; passa para a análise interdisciplinar (em que há “de um lado, a transferência de conceitos teóricos e de metodologias e, de outro, a combinação de áreas”, que “dá origem a novos campos do saber, que tendem a disciplinarizar-se”); e culmina com a análise transdisciplinar (em que os limites entre as disciplinas tornam-se permeáveis pela

interação teórica e pela observação de correspondências, enfim, pela analogia).

Embora esse autor eleja a interdisciplinaridade como “uma das formas mais interessantes e produtivas de trabalho científico de nossa época” (p.39), e demonstre que esta marcou sensivelmente os estudos da linguagem, multiplicando (e, a nosso ver, jamais dividindo) a Lingüística em diversas disciplinas, por tudo o que foi exposto até aqui, concordamos com Celani (1998), que define como *transdisciplinar* todo estudo que busca a coexistência de disciplinas em interação para explicar um dado objeto (neste caso, o conceito de *nação*). Assim, a transdisciplinaridade caracteriza não só a pesquisa, mas também seu objeto.

Logo, assim como diz Fiorin (2008) a respeito da Ecologia, Celani (1998) afirma que a transdisciplinaridade é uma característica da Lingüística Aplicada, como é, para nós, uma característica da Análise do Discurso, seja no interior desta (como parte de seu instrumental teórico) ou fora dela. E, portanto, é também uma característica do conceito de *nação*, que é mais do que um ponto de interseção entre disciplinas: é um conceito que transita por elas, mantendo sua integridade conceitual, à qual são somadas as contribuições dos inumeráveis trabalhos de pesquisa realizados e a se realizar, e atuando como um produto da atividade intelectual que se desenvolve na história.

### **1. A nação na história e a história da nação: construções discursivas**

A história, assim como a atividade de linguagem que a constrói, traz as marcas do momento de sua produção. Por isso, compreender as transformações dos últimos trinta anos, quando se começa a ouvir e a falar em globalização, fazendo repensar o sentido de

nação, uma vez que não se fala em globalização sem falar nas relações internacionais (entre nações), é uma das tarefas da história, pois, conforme Le Goff (2003, p.138), historiador francês de orientação foucaultiana, diante desse cenário onde as fronteiras se volatilizam, mais do que nunca os povos requerem da história o inventário das suas idiossincrasias. Portanto, “haveria histórias a fazer, não *uma* história” (p.141), não uma história universal ou global, mas múltiplos temas de investigação, que são comuns às sociedades em geral, inaugurando o que se convencionou chamar de “nova história”. Essa tendência renovadora da ciência histórica caracteriza-se, sobretudo, pela crítica à noção de documento, que deve ser, então, tratado como monumento. Sendo o monumento “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”, enfim, “um legado à memória coletiva” (p.526), incluem-se como documentos não apenas os textos escritos, como pensavam os historiadores positivistas do final do século XIX, mas todo o material que exprime o homem (palavras, imagens, sons, fósseis, gestos, etc.), o que evidencia uma das principais marcas da “nova história”: o interesse pelas massas antes sem prestígio junto à história, que se ocupava quase exclusivamente da cultura das elites governantes.

Logo, a memória coletiva é o reservatório documental da história, ou seja, aproximando essa tese da “nova história” aos fundamentos da Análise do Discurso, é o reservatório de enunciados produzidos e difundidos por uma comunidade, que neles e por eles constrói sentidos. Enfim, a memória coletiva, assim como a história que a constitui e é constituída por ela, é uma fonte imprescindível de informações em documentos para a análise do conceito de nação, uma vez que o próprio conceito tem uma história em meio a qual é constituído, além de participar do processo de identificação individual e coletiva, constituindo a identidade nacional.

No que diz respeito à concepção do tempo, Le Goff (2003) observa que a compreensão do passado tem como ponto de partida as questões do presente, que por sua vez devem ser compreendidas na sua relação com o passado e também com o futuro. É uma questão do presente pensar o processo de globalização em franco desenvolvimento, o que leva a pensar como a nação é imaginada pela memória coletiva em relação às demais nações e qual posição ocupa nessa relação. No entanto, tal questão tem antecedentes que não podem ser ignorados, já que a problemática do conceito de nação remonta ao século XVIII, além de apresentar critérios muito variados e variáveis.

Na linha da “nova história”, Hobsbawm (1990) salienta que a nação é uma “invenção” recente, que remonta à Revolução Francesa, e que, desde então, determina as ações políticas (inclusive linguísticas) nos dois últimos séculos. Entretanto, tal conceito, que transcende o significado do signo linguístico *nação*, transformou-se ao longo desse tempo, agregando sentidos que se expressam num amplo vocabulário.

Portanto, de modo geral, a nação caracteriza-se por um povo, por um Estado e por um território, ou, em outras palavras, por um corpo de cidadãos cuja soberania política se exerce entre certos limites geográficos. Porém, Hobsbawm (1990, p.55) pondera que:

... de 1880 em diante o debate sobre “a questão nacional” tornou-se sério e intenso, especialmente entre os socialistas, porque o apelo político dos *slogans* nacionais para as massas de votantes potenciais e reais, ou para os que apoiavam movimentos políticos de massa, era agora objeto de uma preocupação prática real.

Por isso, outros elementos constitutivos da nação, antes considerados pouco relevantes, ainda que indicassem algum vínculo coletivo, entraram para o debate a partir de

1880 e, ao se somarem aos elementos apontados anteriormente, definiram o que é a nação moderna, embora não de forma absoluta, uma vez que não se aplica uniformemente a todas as nações. Assim, têm-se também a língua como constituinte da nação, na forma de um idioma padronizado, utilizado predominantemente nos meios literários e administrativos, freqüentados pelas elites cultas e governantes. Aqui, é possível perceber o papel importante da educação na integração nacional, pois, se a maior parte da população de um Estado territorial falava línguas diversas daquela utilizada pelas elites, somente o acesso ao ensino garantiria a existência de uma língua efetivamente nacional, vinculando simbolicamente as pessoas a uma coletividade.

A fim de melhor compreender esse aspecto simbólico da língua como elemento aglutinador do todo nacional, faremos uma breve digressão neste ponto para relacionar o idioma e os demais traços constitutivos da imagem de nação a um importante conceito da Análise do Discurso, que nos permite compreender o processo de construção de tal imagem. Referimo-nos ao conceito de *cenografia*, que Maingueneau (1993; 2002) define como uma "encenação" ou representação da situação de enunciação no enunciado. A cenografia é, portanto, um efeito de sentido produzido pela enunciação de que esta necessita para instituir-se e legitimar-se. Assim, a cenografia constitui-se por imagens das coordenadas da enunciação construídas pela própria enunciação. Essas coordenadas, que compõem o que Maingueneau (1993) chama de *dêixis discursiva*, são *o enunciador*, *o co-enunciador*, *a cronografia* e *a topografia*, sendo que as duas primeiras correspondem às imagens dos participantes da enunciação e as duas últimas às condições espaço-temporais relativas aos participantes. Como foi dito acima, a dimensão temporal da imagem da nação é representada pela *cronografia*, que se constrói nos usos da língua politicamente marcados

e, por conseguinte, inscritos na história nacional. A dimensão subjetiva, ou seja, dos sujeitos da enunciação, representada pelo *enunciador* e seu *co-enunciador*, está correlacionada às imagens do povo, do Estado que o representa e da sua etnicidade (aí incluída tanto a religião, quanto a língua e a história). E finalmente a dimensão espacial, representada pela *topografia*, refere-se à imagem do território nacional. Desse modo, afirmamos que, pela análise da *cenografia* construída em um enunciado, é possível reconstruir um sentido de nação, que não esgota as possibilidades semânticas do conceito.

Assim, segundo Hobsbawm (1990), têm-se como outros elementos característicos do conjunto que chamamos de *nação*: a etnicidade, a religião e a história. Entretanto, esse autor também ressalta que, apesar de todos os Estados do planeta se reconhecerem e serem reconhecidos como nações, “nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo”, pois “os critérios usados para esse objetivo – língua, etnicidade ou qualquer outro – são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos” (p.14-15).

Portanto, todos os Estados se vêem como nações não apenas diferentes entre si, mas com diferenças internas que lhes são constitutivas. Logo, a forma como se apropriam dos critérios característicos desse agrupamento e o grau de importância atribuída a cada critério varia de modo que impossibilita generalizações, pois cada nação é um artefato cultural único, produto da engenharia social que inspira em seus cidadãos legitimidade e pertencimento. Sendo um artefato, é possível pensar a nação como criação, produto do imaginário coletivo, que, por sua vez, é produto da discursividade.

## **2. Outros diálogos em confluência**

Do campo das ciências políticas, Anderson (2008) analisa o conceito de nação sob uma óptica transdisciplinar, que dialoga com obras de filósofos, historiadores, cientistas sociais e teóricos da literatura. Segundo esse autor (p.32), esse conceito deve ser definido como uma comunidade política (povo) imaginada, porque cada membro tem em mente a ideia de que todos estão unidos (pela língua, pela etnia, pela religião e / ou pela história), apesar de não conhecer e saber que jamais conhecerá a maioria de seus compatriotas. Além disso, a nação é imaginada como limitada porque possui fronteiras finitas (território) e é imaginada como soberana porque defende a sua liberdade política (Estado). Finalmente, a nação é imaginada "como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal" (p.34).

Logo, para Anderson (2008), a nação enquanto conceito é um construto teórico modular, passível de adaptação às diferentes sociedades sem desconsiderar sua constituição heterogênea e suas transformações ao longo da história. Sua abrangência conceitual permite considerar os critérios flutuantes apontados por Hobsbawm sem ancorá-los a uma nação em particular.

Em resumo, a nação, como construto teórico, é lugar nenhum e, ao mesmo tempo, é qualquer lugar habitado por um povo, que se imagina unido a e por ela, dando-lhe, enfim, um corpo simbólico, que é incorporado às suas práticas sociais e discursivas.

### **3. Conclusão: a identificação nacional como processo discursivo**

Conforme a perspectiva enunciativa da Análise do Discurso, a linguagem constitui o mundo, logo não há uma realidade externa à produção do sentido pelo e no discurso, pois toda realidade se constitui enquanto tal, tem sua existência reconhecida, nos enunciados verbais e não-verbais. Se não há referências externas, então, os sentidos são determinados pelo processo de produção e pelas condições de produção desses enunciados, o que significa que os sentidos se constroem na história. Logo, o mundo, isto é, o sentido de mundo, é uma construção discursiva, uma atividade praticada por uma comunidade para criar as suas verdades, ou seja, a sua versão do mundo. O sentido, portanto, depende do contexto lingüístico-semiótico (a relação entre os signos) e do contexto sócio-histórico (situacional) da sua produção pelo e no discurso.

Do mesmo modo, as identidades também dependem de algo simultaneamente “exterior”, que não se confunde com elas, e constitutivo delas, ou seja, dependem de outras identidades (WOODWARD, 2000). Por isso, as identidades são provisórias e inacabadas, pois, assim como o sentido, estão sempre em construção, sendo formadas na interação social: “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2001, p.39). Logo, pode-se dizer que as identidades são construções simbólicas que atuam como *imagens* das relações sociais.

Como construção simbólica, a identidade adquire sentido através de signos verbais e não-verbais cujo emprego é associado a uma pessoa ou a um grupo de pessoas devido à constância com que aparecem em seus discursos. Então, cabe aqui perguntar que signos marcam a identidade nacional, quando essa evoca episódios históricos para se afirmar, uma vez que, Woodward, especialista em estudos culturais, em consonância com o que foi

apresentado anteriormente, nos diz que “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos” (2000, p.11). Ou ainda, quando evoca a natureza, baseando-se na etnia ou na raça para diferenciarse.

Uma das principais marcas dessa identidade, proclamada constitucionalmente, que, conforme já visto, também define uma nação, é a língua. Afinal, os membros de uma comunidade se reconhecem mutuamente pela língua em comum. Segundo o lingüista Rajagopalan (2003, p.93), a língua “é uma bandeira política” e, como todas as bandeiras, é “um símbolo” que identifica a nação. Portanto, a língua e os discursos por ela construídos são objetos privilegiados para o estudo da construção da identidade nacional e do sentido de nação.

As imagens discursivas estabelecem um sistema classificatório quando atribuem sentido às práticas e às relações sociais, que, por sua vez, estão vinculadas às condições materiais dos grupos, ou seja, estabelecem diferenças entre NÓS e ELES, onde NÓS é favorecido, enquanto que ELES é excluído. Portanto, essas imagens constroem posições ou lugares que são assumidos pelos indivíduos quando interagem socialmente. Assim, esses indivíduos dizem quem são, ou seja, investem em uma identidade e tornam-se uma categoria. Logo, segundo Hall (2001, p.13), um dos nomes mais importantes dos estudos culturais, os indivíduos são interpelados por imagens, que se constroem no jogo de forças da história e que, por isso, se transformam, assim como as identidades: “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos [...]. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”.

Pode-se, então, perguntar: como é representada, ou melhor, como é imaginada a identidade nacional? Essa imagem está nos discursos que atribuem sentido e existência ao mundo. Portanto, os discursos não descrevem meramente o mundo, mas fazem com que ele exista. Além disso, esses discursos são repetidos, citados em outros discursos, o que estabelece e reforça as imagens e as identidades:

Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. [...]

[...] Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. [...] As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. (HALL, 2001, p.49-51)

Paradoxalmente, as identidades são estáveis e fluidas. São relativamente estáveis do ponto de vista social, pois a coletividade as mantém para explicar as imagens que dão sentido à organização social. Logo, as identidades são relativamente estáveis porque são consensuais, não por motivos de ordem biológica ou histórica, apesar de, em alguns momentos, evocar a natureza ou a história para se legitimar. E são fluidas do ponto de vista individual, pois, em cada contexto social, que corresponde a diferentes setores de atividade (doméstica, empresarial, médica, educacional etc.), o indivíduo assume uma posição. Logo, um mesmo indivíduo relaciona-se a diferentes grupos classificados de acordo com suas práticas, pois ele é membro de uma sociedade que se organiza em instituições responsáveis

por diferentes atividades. Essas instituições contribuem para a construção da cultura, entendida como o conjunto das imagens representativas das experiências coletivas que possibilita a identificação, isto é, “o processo pelo qual nos identificamos com os outros” (WOODWARD, 2000, p.18). Portanto, como ser social, o indivíduo, agora sujeito, está imerso na cultura, vivendo no interior de diversas instituições e grupos sociais. Por isso, as identidades caracterizam-se por uma estabilidade provisória e por uma fluidez multiplicadora.

A afirmação das identidades estabelece relações de poder assimétricas, que culminam na divisão em grupos ou classes e, conseqüentemente, em hierarquias. A demarcação de fronteiras, por exemplo, que constitui um traço da identidade nacional, distingue conterrâneos de estrangeiros. Os valores atribuídos a cada grupo se refletirão nas condições materiais de seus membros (os mais e os menos privilegiados).

Portanto, pode-se dizer que as identidades se definem pela diferença, pois a afirmação “eu sou isto” implica uma cadeia de negações como “eu não sou aquilo”, que contrapõe uma identidade a outras e estabelece a diferença entre elas. Silva (2000, p.77), outro especialista em estudos culturais, exemplifica a interdependência entre identidade e diferença, apresentando a identidade brasileira como “o resultado da criação de variados e complexos atos lingüísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais”.

Atualmente, vive-se o franco desenvolvimento do processo de globalização, fenômeno multifacetado como as transformações que vem promovendo. Vêm-se as conseqüências da globalização no âmbito da política, da economia e da cultura. Logo, afetam a construção das identidades, que, devido à sua fluidez, estão em constante

transformação, acompanhando os fenômenos socioculturais do momento. Por isso, Rajagopalan (2003, p.71) reafirma: “A única forma de definir uma identidade é em oposição a outras identidades em jogo”. Aqui se percebe a voz de Saussure quando esse autor apresenta a tese de que o valor das unidades da língua só pode ser determinado ao colocá-las em contraste. O que ocorre tanto entre as unidades linguísticas como entre as identidades (linguística, cultural, científica etc.) é uma legitimação recíproca. X é X porque não é Y; mas só há X porque há Y para estabelecer uma relação de contraste ou de oposição entre eles. Nesse caso, X jamais anulará Y ou vice-versa, pois, para isso, X deverá ser igual a Y, resultando na substituição de um pelo outro. Ora, se, na língua, uma unidade não pode substituir perfeitamente uma outra, o mesmo se verifica com as identidades, que, em seu incessante processo de transformação, afastam-se cada vez mais da tão temida homogeneização ou padronização que alguns profetizam como consequência da globalização. Segundo Silva (2000, p.87): “A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas”. Ou seja, é uma nova identidade. Desse modo, as identidades são, por essência, resistentes à dominação, o que, ao invés de anular, torna mais evidente a assimetria entre elas.

Não há consenso quanto ao momento histórico em que se iniciou o processo de globalização, porém, como processo, ele foi se preparando por um longo tempo, podendo ser dividido em etapas. Assim sendo, os antecedentes da globalização remontam ao século XVI com a conquista das Américas e a expansão do poderio europeu sobre o mundo. No entanto, é na década de 1960 que esse processo ganhou impulso com o avanço tecnológico na área das comunicações: “O primeiro satélite comercial foi lançado apenas em 1969. [...]

Pela primeira vez, a comunicação instantânea de um lado a outro do mundo é possível” (GIDDENS, 2002, p.21).

Assim, neste trabalho, em conformidade com os estudos de Giddens (2002) e de Canclini (2003) nas áreas da sociologia e da antropologia social, respectivamente, que serão retomados e discutidos ainda neste item, entende-se que a globalização é um fenômeno recente, porque só se fez conhecer a partir da segunda metade do século XX.

Entretanto, o termo *globalização* surgiu a partir de 1990, após a queda do muro de Berlim e o subsequente fim da bipolarização e da Guerra Fria, para designar esse processo de efeitos globais, que se caracteriza, principalmente, pelo fluxo veloz e contínuo de informações que circula através de diferentes tecnologias de mídia, cujo alcance aumenta com o passar dos anos. Por isso, o excesso de informação é apontado como um dos fatores responsáveis pela crise de identidade vivenciada hoje pelas nações e seus povos, pois resulta em novas combinações de espaço e tempo, que, conforme Hall (2001, p.70), são as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação ou de imagens, produzindo efeitos no processo de identificação:

Que impacto tem a última fase da globalização sobre as identidades nacionais? Uma das características principais é a “compressão espaço-tempo”, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm impacto imediato sobre as pessoas e lugares situados a uma grande distância. (p. 69)

Na verdade, os novos fluxos comunicacionais informatizados geraram processos globais ao se associarem a grandes concentrações de capitais industriais e financeiros, com a flexibilização e eliminação de restrições e controles nacionais que limitavam as

transações internacionais. Também foi preciso que os movimentos transfronteiriços de tecnologias, bens e finanças fossem acompanhados por uma intensificação de fluxos migratórios e turísticos que favorecem a aquisição de línguas e imaginários multiculturais. [...] Essas dimensões econômicas, financeiras, migratórias e comunicacionais da globalização são reunidas por vários autores (Appadurai, 1996; Giddens, 1999; Sassen, inédito) que afirmam ser a globalização um novo regime de produção do espaço e do tempo. (CANCLINI, 2003, p.42-43)

Machado (1999) observa que esse fluxo de informações pode exercer controle sobre os indivíduos através do tempo. A velocidade das mídias acelera a transitoriedade das informações para tornar sensível a simultaneidade ou o “tempo real”. Por conseguinte, os indivíduos, imersos nesse fluxo, deslizam através do tempo e eternizam o agora, ou seja, vêem o tempo passar eternamente presente, sem passado nem futuro, pois o “tempo real” é o agora. Assim, o tempo controla os indivíduos, gerando imobilidade na simultaneidade, isto é, o desejo da onipresença e da oniciência torna-os dependentes das mídias.

Essa mesma concepção de tempo como simultaneidade encontra-se no conceito de nação. Baseando-se nas ideias de Walter Benjamin, Anderson (2008, p.56) define o *tempo da nação* como um “tempo vazio e homogêneo”, marcado pela coincidência temporal e medido pelo relógio e pelo calendário. Percebe-se, portanto, que, do mesmo modo que a concepção do tempo por uma sociedade define o seu entendimento da história, o tempo também define o entendimento do que é nação, seja pela história desse conceito ou pela história das nações. Por isso, a dimensão cronográfica do tempo no discurso é imprescindível a essa definição.

Esse quadro remete à noção de “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), que reafirma a idéia de que a identidade nacional é uma construção simbólica. Isso torna

pertinente a questão: como imaginar a nação com fronteiras finitas demarcando um território compartilhado por uma comunidade política soberana se não há fronteiras na realidade virtual e se os sinais de satélites não reconhecem bandeiras? Enfim, como imaginar a nação em tempos de globalização?

No diálogo com a sociologia, Giddens (2002) afirma que: “... o estado-nação está sendo transformado ante nossos olhos. [...] as nações têm de repensar suas identidades agora que as formas mais antigas de geopolítica estão se tornando obsoletas” (p. 27-28).

A esse diálogo, junta-se a antropologia social de Canclini (2003, p.8), segundo a qual repensar as identidades nacionais na era global, momento em que empresários e políticos interpretam “como a convergência da humanidade rumo a um futuro solidário” e que muitos críticos entendem “como o processo por meio do qual todos acabaremos homogeneizados”, implica o modo como é imaginada, através da arte e da comunicação de massa, a articulação entre o nacional e o global. Logo, não se pode falar em globalização sem falar em nação e vice-versa. Além disso, falar em nação e em globalização é falar de imagens, de sentidos que se constroem nos enunciados que circulam pelas sociedades:

Se as construções imaginárias possibilitam a existência das sociedades locais e nacionais, elas também contribuem para arquitetura da globalização. As sociedades se abrem para a importação e exportação de bens materiais, que passam de um país para outro, e também para a circulação de mensagens co-produzidas em vários países, expressando, no plano do simbólico, processos de cooperação e intercâmbio. (CANCLINI, 2003, p.30)

Portanto, da mesma maneira que a nação é imaginada como comunidade nos

enunciados da mídia, que coloca os habitantes, imaginariamente, em co-presença diante das informações, “do mundo interligado e do presente perpétuo, as 24 horas dos 365 dias do ano” (p. 189), também a globalização é imaginada como um processo homogeneizante que visa a constituir um todo redutível ao mercado, que, assim como a identidade nacional, exclui o diferente, que lhe é constitutivo por oposição, e cria desigualdades, pois, como já previsto no conceito de nação de Anderson (2008), “a segregação é o reverso ‘necessário’ das integrações” (CANCLINI, 2003, p.60). Logo, a globalização é imaginada como uma comunidade de consumidores e não de cidadãos do mundo: “o excluído ou dissidente só pode ser pensado como o que não cabe na organização mercantil da vida social” (p. 168). Desse modo, a globalização, ao propor a unificação dos mercados, intensifica a estratificação das sociedades.

Por isso, de acordo com esse autor, a redução dos governos nacionais a simples gerenciadores de decisões alheias, oriundas de instâncias da economia transnacional, acarreta a falta de políticas de planejamento a longo prazo e deprime o interesse dos cidadãos pela participação na vida pública nacional, pois esses perdem a confiança no Estado, que, em sendo uma democracia, deve orientar suas ações no sentido das necessidades do povo. No entanto, Canclini (2003, p.9) acrescenta que:

Passada a euforia globalizante dos anos 80, os políticos, que não entendem muito bem como seu trabalho está sendo reestruturado, com os aparelhos nacionais que eles disputam controlando cada vez menos espaços da economia e da sociedade, perguntam-se o que fazer, e em que lugar fazê-lo.

Assim, a falta de credibilidade nos governos por parte de seus cidadãos é resultante

do esvaziamento simbólico dos projetos nacionais institucionalizados “precaramente sob regras de uma reprodução a curto prazo, [...] consagrada à especulação econômica e à acumulação de poderes instáveis” (p.27).

Segundo Canclini (2003), a globalização manifesta-se mais claramente nas indústrias audiovisuais: cinema, televisão, música e informática. E sendo os bens culturais recursos para a produção da identidade nacional, eles permitem aos cidadãos reconhecer e confrontar solidariamente suas diferenças dentro e fora das fronteiras da nação.

Esse reconhecimento ou confrontação pode ratificar uma cultura ao mesmo tempo errática e imobilizante, que se quer emancipada da vida comunitária e dominante pelo fascínio dos espetáculos midiáticos (BAUMAN, 1999), agravando a “fratura social” que divide as nações entre pobres e ricos, ou pode conduzir à “cidadania terrestre”, que identifica a Terra como a Pátria da Humanidade (MORIN, 2006).

De qualquer modo, “existe algo de radicalmente democrático no reconhecimento de que, muitas vezes, não sabemos como chamar os outros. É o ponto de partida para atentar para o modo como eles mesmos se nomeiam” (CANCLINI, 2003, p.116). Em consonância com essa ideia, conclui-se que, para compreender o processo de identificação e de construção do sentido de nação, não se pode ignorar como é feito esse reconhecimento unilateral e mútuo das nações no plano discursivo, onde se produzem imagens que atravessam os enunciados de todos os atores da vida social, incluindo evidentemente cientistas. Por isso, afirmamos que um analista do discurso não pode desconsiderar os estudos realizados em outras esferas disciplinares, uma vez que sua própria investigação científica é sócio-historicamente determinada pelas condições de sua produção, onde se inscrevem os enunciados que constituem o seu objeto de pesquisa, aos quais a própria

atividade de pesquisa se propõem a responder como réplica do grande diálogo do interdiscurso.

**ABSTRACT:** This article suggests a transdisciplinary analysis of the concept of nation from studies developed by several courses of study in the Human Sciences: History, Social Anthropology, Sociology, Political Sciences and Cultural Studies. We conclude that such concept should be understood as a result of the building process of discursive images, in accordance with the theoretical assumptions of the Discourse Analysis (AD) with an enunciative approach, of which we point out the notion of cenography as an analytical tool for the development of a nation's space (topography), a nation's time (chronography), and a nation's social body (co-enunciators).

**Key words:** nation; identity; discursive image.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CANCLINI, Néstor G. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CELANI, Maria Antonieta A. "Transdisciplinaridade na Lingüística Aplicada no Brasil".

In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M.C. *Lingüística aplicada e transdisciplinaridade*.

Campinas, SP: Mercado das letras, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

FERREIRA, Lúcia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (orgs.) *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FIORIN, José Luiz. “Linguagem e interdisciplinaridade”. *Alea: estudos neolatinos*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, pp. 29-53, jan./jun. 2008.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UniCamp, 2003.

MACHADO, Leila Domingues. “Subjetividades Contemporâneas”. In: BARROS, Maria Elizabeth de. (org.) *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: EDUFES, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo, Cultrix, 1977.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In:

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.